

DISCURSOS DE ÓDIO E POLÍTICAS ANTI-TRANS: UMA ANÁLISE DA NOCIVIDADE DOS DISCURSOS DE ÓDIO NA VIDA E MORTE DA POPULAÇÃO TRANS

Enzo Raphael da Silva Lopes¹

Gledson Ribeiro de Oliveira²

Resumo: Este artigo tem o objetivo principal de investigar como o termo “gênero” tornou-se um conceito combatido politicamente pela extrema direita. Assim como objetiva de maneira específica entender o motivo de políticas de inclusão para pessoas trans serem tratadas pela extrema-direita como prejudiciais à sociedade, analisar como os discursos anti-trans dificultam a criação de políticas públicas de reparação para essa população e compreender de que forma os discursos de combate à “ideologia de gênero” proferidos por políticos e religiosos alinhados à extrema direita podem ser nocivos para a população trans. A metodologia desse trabalho se apoia na análise qualitativa, seguida da análise documental de discursos, matérias de jornais e redes sociais, dialogando com autores e autoras de vasta produção bibliográfica sobre questões trans e de gênero. Além de seguir a abordagem qualitativa, essa pesquisa também é de natureza básica, ao gerar conhecimento a partir de um novo fato (Kinchicki; Alves; Fernandes, 2015). Em relação aos objetivos, essa pesquisa é de caráter descritivo, visto que aponta particularidades do fenômeno de crescimento de políticas anti-trans enquanto projeto político da extrema direita brasileira. Ademais, também é uma pesquisa explicativa, tendo em vista que os objetivos da pesquisa são analisar, compreender e relacionar com o material bibliográfico coletado. O caráter descritivo e explicativo auxilia na perspectiva de atingir esses objetivos. Conclusivamente, a análise dos discursos de ódio e das políticas anti-trans no contexto brasileiro demonstra que tais práticas não são fenômenos isolados, mas sim componentes estruturais de um projeto político mais amplo de manutenção de hierarquias sociais e sexuais.

Palavras-chave: Políticas anti-trans; gênero; extrema direita; discursos de ódio; pessoas trans.

¹ Bacharel Interdisciplinar em Humanidades Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Licenciando em Sociologia (UNILAB). Email: enzoraphael0031@gmail.com

² Professor Orientador. Associado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Doutor em Sociologia. Email: gledson@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda que lentamente, houve progressos políticos e sociais direcionados para a população trans. No entanto, à medida que os avanços ocorreram, crescentes ataques reacionários ganharam força, numa tentativa de cessar tais avanços. Os grandes protagonistas dos ataques aos direitos trans são líderes políticos e religiosos de extrema direita que escolhem inimigos e se utilizam da política para continuar reforçando a marginalização de populações que sofrem com a exclusão social e vulnerabilização estabelecidas desde o colonialismo.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em sua última publicação nomeada como *Dossiê: assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras em 2023* (2024), há 15 anos o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Esse dossiê aponta que, no ano de 2023, houve um aumento de 10,7% nos casos de assassinatos em relação ao ano de 2022 no Brasil. Mesmo com dados tão alarmantes sobre violência e assassinatos, a categoria “gênero” funciona como termo guarda-chuva quando se trata da discussão dos direitos e de políticas públicas dessa população. Nessa perspectiva, “gênero” se tornou também um termo utilizado por muitos políticos brasileiros religiosos e de extrema direita para marginalizar e demonizar cada vez mais a população trans e o seu ativismo. Um exemplo disso se trata do discurso proferido pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) no Dia Internacional das Mulheres em 2023. Ao discursar em tom de sarcasmo, o deputado usou uma peruca e disse se chamar Nicole, afirmando ter lugar de fala no dia 8 de março. De acordo com a CNN Brasil, em abril de 2025, Ferreira foi condenado a pagar R\$ 200 mil por danos morais coletivos, tendo em vista as acusações de transfobia pelo ato mencionado.

Outro dado importante na observação do uso do termo gênero em seus sentidos pejorativos de ataque às famílias e à educação por parte da extrema direita brasileira é o seu crescimento após as eleições presidenciais de 2014. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (2014), nesse pleito o Brasil elegeu o congresso mais conservador desde 1964.

Desde então, discursos e políticas conservadoras fortaleceram-se, por exemplo, na área da educação, tais como o Movimento Escola Sem Partido. Segundo Santos (2018), o Movimento Escola sem Partido e o ataque ao que os conservadores chamam de “ideologia de

gênero” são exemplos de tentativas de enrijecer a autoridade familiar na educação das crianças e limitar a autonomia dos professores nos assuntos trabalhados em sala de aula.

Assim, considera-se importante que haja a compreensão sobre o que molda os discursos de pessoas que estão em posições de poder, pois esses discursos impactam o funcionamento da sociedade em sua totalidade. A tarefa de analisar esses discursos não é simples, pois sua abrangência não se limita à oralidade, estando também fortemente espalhados e disseminados nas redes sociais. Por isso, a análise partirá de discursos reais coletados em perfis nas redes sociais que serão usados na análise com vistas a alcançar o que está proposto nos objetivos do trabalho e da pergunta norteadora.

Pela perspectiva de Silva e Rial (2023, p. 573):

Podemos entender a internet e a imensidão de possibilidades que esse espaço nos permite, como um espaço possível para a construção de narrativas conservadoras e difusão de informações falsas. Do “kit gay” às censuras no campo da cultura como o *queer museum* e o Evangélico segundo Jesus a Rainha do Céu, exposição de arte sobre gênero e sexualidade que foi fechada por ameaças conservadoras em 2018 e a peça de teatro interpretada por uma travesti censurada pelos conservadores no mesmo ano. Ainda tivemos ações mais extremistas como a criação de um projeto de lei que tenta definir que o gênero no Brasil seja determinado pelo sexo biológico. Além de um forte discurso em defesa da família cisheterossexual e forte oposição aos discursos feministas, os discursos conservadores defendem também uma perspectiva de gênero hiperbiologizada, colocando-se em oposição a pessoas trans. (Silva; Rial, 2023, p. 573)

Considerando essa perspectiva, a extrema direita tem conseguido expansão e domínio através das redes sociais, organizando grandes comunidades para criar narrativas e combatê-las de acordo com seus interesses particulares. Através disso, compreende-se que a internet também é um meio que facilita a disseminação de tais discursos.

No Brasil, houve um aumento significativo de políticas anti-trans. Segundo dados do jornal *Folha de São Paulo* (2023), cerca de um novo projeto de lei é apresentado por dia. Sessenta e nove (69) projetos de lei anti-trans relacionados à linguagem neutra, saúde, esporte, educação e o uso de banheiros foram identificados em âmbito federal, estadual ou municipal desde o início de 2023. É urgente entender como e onde surgem esses discursos de ódio para combater os projetos de ataque à vida em que eles se transformam. A população trans do Brasil já sofre por viver no país líder em assassinatos dessa população no mundo pelo 15º ano consecutivo. Portanto, por meio desta pesquisa, é possível analisar e perceber adequadamente essa espécie de fobia de gênero dentro dos espaços conservadores e gerar o seguinte questionamento: como o termo “gênero” tornou-se um conceito combatido politicamente pela extrema direita?

Políticos e religiosos se utilizam de discursos fundamentalistas para interferir politicamente na existência e no avanço das conquistas de direitos das pessoas trans buscando gerar pânico na população por meio da invenção de um suposto inimigo invisível que destruirá famílias utilizando-se da inocência das crianças. Esse pânico estabelecido e disseminado pela extrema direita com base em falsas informações é uma estratégia de tomada de poder descrita por Arendt para explicar a origem de governos totalitários:

Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. [...] Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias (Arendt, 2012, p. 4).

Ao descrever as estratégias de propagandas totalitárias, Arendt permite que se faça a relação da sua descrição com a realidade brasileira durante os governos de direita, principalmente quando a autora fala da etapa na qual a doutrinação promove a violência. Assim, percebe-se que existem grupos minoritários que são alvos fáceis da extrema direita, um deles é a população trans, justamente pelas realidades de vulnerabilidade social em que estão inseridas, em sua maioria, as pessoas que constituem essa população. Desse modo, observa-se que a violência empregada pela extrema direita atinge certamente as políticas a favor das existências trans. Para entender isso, postula-se outra questão: como os discursos anti-trans dificultam a criação de políticas públicas de reparação para essa população?

Grupos conservadores e políticos conhecidos por incitar o pânico moral através da desinformação se apropriaram da falsa narrativa de doutrinação nas escolas, banheiros unissex e ensino de educação sexual de forma deturpada. Com o auxílio da internet, esses discursos ganharam força considerável e acabaram se estabelecendo como uma verdade para um público predisposto a acreditar nessas narrativas e a propagar a desinformação. Conseqüentemente, esses discursos alcançaram fecundamente as igrejas neopentecostais, as escolas, as famílias e a mídia, consolidando assim o projeto de manutenção do poder desses grupos dominantes em seus projetos políticos.

A respeito do fortalecimento dos discursos de ódio e ataques às políticas identitárias, Silva (2020) afirma que a sociedade tem compreendido de má forma tais pautas, gerando a culpabilização de populações vulneráveis pelas mazelas sociais. Silva (2025) reitera o papel do neoliberalismo no incentivo ao individualismo e meritocracia, fazendo com que políticas de reparação (cotas raciais, cotas de gênero, cotas trans) e outras políticas públicas que reduzem desigualdades sejam atacadas pelo viés de que somente com esforço e força de

vontade todos conseguem alcançar os objetivos de vida igualmente. A racionalidade neoliberal vai no sentido contrário ao combate às desigualdades, e para Brown (2019) essas contrariedades fazem parte das influências legais e políticas que o sistema neoliberal se encarrega de estabelecer para a sua manutenção.

De acordo com Brown (2019), para entender as origens e razões da atual conjuntura política neoliberal, deve-se analisar os aspectos político-culturais e não somente as circunstâncias econômicas. Brown (2019) afirma que a ascensão dessa ordem política autoritária e conservadora atual se explica devido ao sentimento de ressentimento vivenciado por esses sujeitos que se sentem “abandonados economicamente e ressentidos racialmente” (p. 17), isto é, esses indivíduos, que estavam acostumados com o protagonismo, sentem perder espaço político frente aos avanços nas conquistas de direitos e políticas públicas pela população trans, o que gera um rancor reacionário político direcionado a essa população.

Enfim, considera-se tal temática de grande relevância para o combate de políticas neoliberais conservadoras que geram o extermínio da população trans, tendo em vista os retrocessos que já impactaram na vivência dessa população. A partir da origem e do aumento desses retrocessos, gerou-se a seguinte indagação: por qual motivo as políticas de inclusão para pessoas trans são tratadas pela extrema direita como prejudiciais à sociedade?

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo principal de investigar como o termo “gênero” tornou-se um conceito combatido politicamente pela extrema direita. Assim como objetiva de maneira específica entender o motivo de políticas de inclusão para pessoas trans serem tratadas pela extrema-direita como prejudiciais à sociedade, analisar como os discursos anti-trans dificultam a criação de políticas públicas de reparação para essa população e compreender de que forma os discursos de combate à “ideologia de gênero” proferidos por políticos e religiosas alinhados à extrema direita podem ser nocivos para a população trans.

A preferência pelo tema surgiu a partir da observação do aumento dos ataques conservadores em relação aos direitos de pessoas trans no Brasil e o quanto esses ataques têm impactado na vida dessa população. Segundo o *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas Trans Brasileiras em 2024* (2025), o ano de 2024 foi recordista na violência contra pessoas trans, sendo notório também o aumento de movimentos anti-LGBTQIAPN+. Além disso, as discussões na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Sociologia I estimularam o desenvolvimento desse trabalho como um projeto futuro.

Diante do exposto, a construção desse trabalho justifica-se como uma maneira de compreender e combater a transfobia institucional³, como uma iniciativa em entender as raízes do problema para combatê-lo. Junto a isso, está a percepção de que, por ser recente, necessita de contribuições para a ampliação do debate. Nessa perspectiva, esse trabalho pode somar nesse debate, indo contra tais projetos de extermínio de vidas trans, além da possibilidade de contribuir para o avanço da discussão sobre a questão trans no Brasil, pauta de grande urgência diante dos números de violência e assassinatos mencionados. Estimular essa argumentação é uma maneira de emergir essa discussão e levá-la para os espaços onde ela ainda não é presente.

Nesse sentido, é importante enfatizar que esse é um trabalho pensado e elaborado a partir da pesquisa e da autoria de um homem trans periférico, que com muita resistência adentrou na academia para buscar uma carreira através da educação. Esta pesquisa é uma extensão natural e necessária das vivências do autor enquanto pessoa trans, portanto ressalta-se aqui a importância de haver pessoas trans à frente de pesquisas e produções científicas, disputando o espaço, o debate e o lugar de fala.

No que diz respeito às pesquisas sobre as políticas anti-trans e anti-gênero, foi realizada uma busca no Portal de Periódicos da CAPES dos últimos dez anos, utilizando o termo anti-gênero como palavra-chave, pois nessa plataforma não foi identificada nenhuma produção com a palavra-chave anti-trans. Encontramos um total de 4 (quatro) pesquisas, sendo todas publicadas no formato de artigo científico. Também foi feita uma busca no Google Acadêmico com a palavra-chave políticas anti-trans, na qual foram identificados 14 (quatorze) pesquisas com essa temática, divididas em 12 artigos e 2 dissertações.

Em torno dessas pesquisas, evidencia-se a dissertação de Forrest (2021), que analisou os diversos contextos vividos por pessoas trans no Brasil, incluindo políticas públicas estabelecidas, violência estrutural, crimes de ódio e omissão do Estado Brasileiro. Dessa forma, a autora utiliza como apoio teórico autores e autoras como Jaqueline Gomes de Jesus (2013a; 2013b; 2013c; 2019), Atena Beauvoir (2018), Judith Butler (2002), Pierre Bourdieu (1998). Essa pesquisa também se apoia nas produções dos principais autores e autoras que tratam sobre a temática no Brasil: Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2020; 2021a; 2021b), Flávia Teixeira (2013), Simone Ávila (2014) e outros.

³ A transfobia institucional se dá pelas instituições, que sistematicamente negam os direitos e cidadania para a população trans e perpetuam a discriminação e a negação de direitos. Segundo Zerbinati e Bruns (2019), a transfobia institucional se mostra de diferentes formas e graus, podendo ocasionar agressões, problemas emocionais, de saúde, educacionais e sociais.

Nesse contexto, são de relevância dois artigos de Miguel (2016; 2021). No primeiro, o autor analisa vários projetos de lei apresentados no Congresso Nacional e nas câmaras legislativas estaduais. Um dos projetos analisados se chama “Escola Sem Partido”, cujo objetivo é evitar uma suposta ‘doutrinação ideológica’ nas escolas. O principal alvo de críticas desse projeto seria a ‘ideologia de gênero’. O autor do artigo discute os projetos, investigando suas consequências para a educação e para a democracia, utilizando como aporte teórico, entre outros e outras, autores e autoras como Aquino (2015), Beauvoir (1949), Bergamim Jr. (2015), Machado (2006). Já no segundo artigo, intitulado O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira, o pesquisador analisa discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de ministros do seu governo, atentando-se à presença da temática “gênero”, considerando a sua função na construção da visão de mundo da extrema-direita brasileira, tomando como referência autores e autoras como Fraser (2017), Junqueira (2018) e Cooper (2017).

Esse trabalho expõe uma perspectiva distinta em relação às pesquisas citadas, dado que o foco principal do projeto ultrapassa o entendimento do termo “gênero”. Ademais, a pesquisa analisa o tratamento da extrema direita a respeito das políticas de inclusão de pessoas trans, como os discursos anti-trans dificultam a criação de políticas públicas e como podem ser nocivos a essa mesma população. Vale apontar que os artigos citados não fazem a análise dos discursos dos políticos nas redes sociais com a mesma perspectiva desse trabalho, a qual é a de analisar esses discursos e perceber os impactos dos mesmos para a população referida. Essa pesquisa, portanto, mostra-se relevante ao trabalhar com uma análise pouco abordada nos estudos de gênero, pois trata especificamente de políticas para a população trans e analisa os discursos que geram violências para essa população.

Em Miguel (2021), encontram-se semelhanças na abordagem e na temática, porém o autor tem o objetivo de entender como os discursos da extrema direita se constroem, já a presente pesquisa tem dentre os objetivos entender as consequências de tais discursos. Para Butler (2021), o discurso racista não tem origem no sujeito, mesmo que precise dele para se consumir. Da mesma forma se dá o discurso transfóbico, por isso essa pesquisa também buscará entender o percurso desses discursos até chegarem nos sujeitos.

Assim, a metodologia desse trabalho se apoia na análise qualitativa, onde segundo Minayo (2001), serão analisados os fenômenos, seus processos e seus significados. Seguindo da análise documental de discursos contidos em matérias de jornais e redes sociais como X, Instagram, Facebook, dialogando com autores e autoras que têm uma vasta produção bibliográfica sobre questões trans e de gênero.

Em relação aos objetivos, essa pesquisa possui caráter descritivo, visto que aponta particularidades do fenômeno de crescimento de políticas anti-trans por parte da extrema direita brasileira. Ademais, também é uma pesquisa explicativa, tendo em vista que os objetivos da pesquisa são de analisar, compreender e relacionar com o material bibliográfico coletado. O caráter descritivo e explicativo auxiliou na perspectiva de atingir esses objetivos.

Em relação aos procedimentos de coleta, como dito anteriormente, é uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, posto que é realizada a análise de discursos em redes sociais e matérias de jornais, além de se apoiar em materiais já produzidos por autores e autoras sobre a temática. Acerca dos procedimentos, essa pesquisa se refere a um estudo de caso, em razão de se tratar de um estudo detalhado de um fenômeno social com o objetivo de alcançar conhecimento maior sobre ele. O estudo de caso auxiliou na construção da análise sociológica do trabalho como estratégia das Ciências Sociais. Segundo Yin (1994), essa é a estratégia mais utilizada quando pretende-se saber o “como?” e o “por quê?”.

Em vista disso, a primeira parte da pesquisa consistiu na busca de materiais nas redes sociais e em matérias jornalísticas, pois são manifestações públicas e sem restrições de público, podendo ser utilizadas como material a ser coletado. Tais materiais foram utilizados para investigação da nocividade desses discursos, a ponto de serem potenciais geradores de políticas que negam a cidadania e direitos básicos de pessoas trans no Brasil.

De modo contínuo, a observação teve como finalidade descrever e entender como operam as estratégias de combate, por parte da extrema direita, às políticas de diversidade e direitos trans, utilizando principalmente a internet como ferramenta instituidora de redes de ódio. Além disso, a observação contribuiu na compreensão de como a internet é utilizada como canal que transporta tais debates para âmbitos institucionais e políticos.

Conclusivamente, os discursos recolhidos da internet foram anexados nas próprias seções de discussão desse artigo, auxiliando na produção escrita e norteando o debate, colaborando no desenvolvimento do trabalho e na produção de resultados a partir das observações e das análises feitas.

2 DISCURSOS DE ÓDIO COMO INSTRUMENTOS POLÍTICOS E SIMBÓLICOS

Pesquisadores como Santos (2018), Junqueira (2019), Soares Guazina; Guerreiro Leite; Santos (2021), Galzerano (2021) e Miguel (2021) são importantes para a compreensão da responsabilidade que grupos de direita têm nos ataques às políticas de inclusão de pessoas trans e de combate à transfobia no Brasil. Essas pesquisas auxiliam na contextualização

política do Brasil e no entendimento de como a extrema direita tem sido responsável por desenvolver discursos e políticas que contribuem com o genocídio das pessoas trans. Assim, esses estudos têm um papel relevante para firmar as argumentações aqui apresentadas.

É possível relacionar ainda o Movimento Escola Sem Partido aos ataques à suposta “ideologia de gênero” e ao combate às políticas de inclusão de pessoas trans e de combate à transfobia no Brasil, pois os discursos que subjazem esse “movimento” são os mesmos que ganharam força nas alas conservadoras religiosas se utilizando de narrativas acusatórias contra as escolas e o papel dos professores na educação. Em outras palavras, no Brasil, o combate à “ideologia de gênero” também está articulado com o combate a uma suposta “doutrinação marxista” (Santos, 2018).

Segundo Junqueira (2019), o que se refere à “ideologia de gênero” no contexto atual tem origem no contexto da Igreja Católica a partir dos discursos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger⁴ enquanto uma iniciativa contra os avanços dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. O cardeal se mostrava crítico aos direitos reprodutivos, ao aborto, ao uso de contraceptivos e se referia às questões voltadas ao gênero e à identidade de gênero como “colonialismo sexual” e “ideologia da morte”, termos que permanecem sendo utilizados atualmente para justificar posicionamentos transfóbicos. Desse modo, identificam-se os prejuízos causados pela perseguição, pautada pela religiosidade, aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Tal reflexão gerou o questionamento: o quanto os discursos de combate à “ideologia de gênero” proferidos por políticos e religiosos alinhados à extrema direita podem ser nocivos para a população trans?

Borrillo (2010) afirma que a homofobia tem a função de proteger as fronteiras sexuais e de gênero, fazendo com que os homossexuais não sejam as únicas vítimas da violência homofóbica, e sim todos os seres diversos que fogem do modelo tradicional da “ordem clássica dos gêneros”, podendo ser pessoas transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais que não performam feminilidade, homens heterossexuais que não performam a masculinidade hegemônica. Ou seja, todos e todas que fogem dos padrões sexuais e de gênero sofrerão pressões sociais ditadas por tais parâmetros que visam padronizar comportamentos de acordo com o gênero e a sexualidade. O autor reitera que uma sociedade que trata de maneira segregacionista pessoas de acordo com a orientação sexual é uma sociedade que vive em um sistema denominado de “heterossexismo”. Considerando que tal sistema segregacionista é pautado pela orientação sexual, é possível afirmar também que, conforme a identidade de gênero é utilizada em um projeto político de segregação transfóbica, o sistema vivenciado

⁴ Papa Bento XVI, eleito Papa no dia 19 de abril de 2005, após a morte do Papa João Paulo II.

pela população trans em função dessa segregação transfóbica pode ser chamado de cissexismo⁵.

As normas de gênero não se limitam à heterossexualidade, elas também seguem uma normatividade cisgênera, a qual pressiona os indivíduos para que todos e todas sejam heterossexuais e cisgêneros. Dessa forma a heteronormatividade e a cismatividade caminham juntas para que a manutenção dos padrões sexuais e de gênero seja reproduzida.

Na publicação abaixo, realizada por Eduardo Bolsonaro em 2017, há uma tentativa de representar a transição de gênero como uma decisão irracional. Por meio de uma construção metafórica na qual a transição de gênero é comparada implicitamente à situação fictícia de uma ovelha acreditar ser uma cachorra, o autor descarta as experiências e subjetividades dos seres humanos e tenta representar pessoas trans como indivíduos que vão contra uma suposta naturalidade enquanto se pautam em uma mentalidade irracional, absurda e antinatural.

Imagem 1 - Publicação do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro no Facebook.

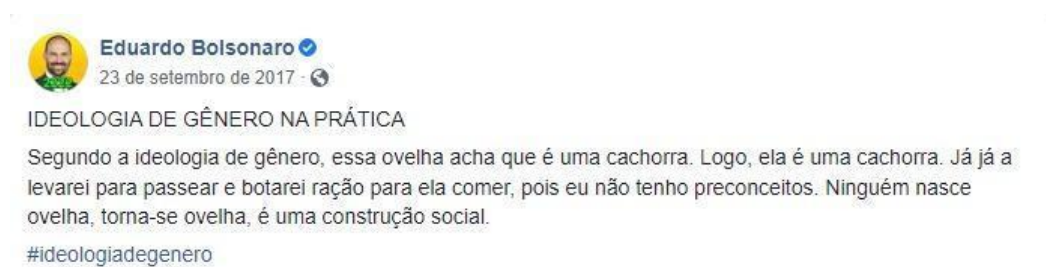


Foto: Internet (2017)

Discursos como esse buscam deslegitimar identidades trans e dificultar a agenda de combate a LGBTfobia no Brasil, sendo produzidos, reproduzidos e compartilhados nas redes com bastante facilidade. Para Butler (2021), a linguagem opressiva coloca em prática sua própria forma de violência. Uma vez que uma pessoa com grande influência política e social busca deslegitimar a existência de uma população historicamente marginalizada, o que ocorre é a manutenção e a reprodução das violências, bem como a negação de direitos é concretizada.

É possível exemplificar a forma como esses discursos que tentam deslegitimar as identidades trans se transformam na concretização da negação de direitos ao pensar o cancelamento do edital que tinha por objetivo ofertar 120 vagas específicas para pessoas de identidades trans, travestis, intersexuais e não-binárias na Universidade da Integração

⁵ O cissexismo é caracterizado por Simakawa (2015) como um processo normativo e institucionalizado gerado por meio de culturas tocadas pela colonialidade. Tal processo é também estrutural e gera a transfobia estrutural e institucional, onde se mantém a normatividade cisgênera nas sociedades.

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no ano de 2019. O então presidente Jair Bolsonaro comunicou o cancelamento do edital por meio de uma rede social. Nesse caso, não havia projeto alternativo para a utilização das vagas remanescentes que seriam parte do edital, o projeto de deslegitimação consistia apenas em impedir o avanço de uma política de inclusão da população trans na universidade.

Imagem 2 - Publicação do ex-presidente Jair Bolsonaro no antigo Twitter e atual X.



Foto: Captura de Tela (2024)

Segundo o último estudo feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2018), somente 0,3% dos estudantes de instituições federais brasileiras se identificam como pessoas transgêneras. A ausência de pessoas trans em instituições de ensino se dá pela forte presença da transfobia em todos os âmbitos de suas vidas, desde a família até a escola. Devido a todo esse contexto de vulnerabilidade e marginalização, se faz necessária a criação de cotas para essa população visando sua inclusão, não só no âmbito educacional, mas também no que diz respeito à empregabilidade.

A presença de pessoas trans nos espaços de poder e a possibilidade, embora baixa, de ascensão dessas pessoas assustam os setores conservadores à medida em que eles lutam para manter vulneráveis aqueles e aquelas que já sofrem com tal vulnerabilidade de maneira histórica. Miguel (2021) exemplifica abaixo alguns elementos que levam a extrema direita a criar narrativas convincentes para o seu “rebanho”:

Em consonância com o discurso contemporâneo da extrema-direita pelo mundo afora, Bolsonaro verbaliza o medo causado pelos desafios a hierarquias sociais vigentes, como as de gênero ou de raça. Em particular, a visibilidade crescente de pautas dos movimentos feminista e LGBT leva à ideia de que a família está em risco —“família” significando apenas o arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação paterna (Miguel, 2021, p. 3).

Através da citação acima e do cancelamento do edital de ações afirmativas para pessoas trans ingressarem na Unilab, é possível refletir sobre o impacto de discursos anti-trans na promoção de políticas de reparação, visto que, sob nenhuma justificativa constitucional ou legal o então presidente Jair Bolsonaro suspendeu e anulou o edital mencionado. Portanto, pode-se observar por meio de tal exemplo concreto o que discursos de ódio causam na prática.

Além de encontrar espaço na internet, políticos como Bolsonaro também encontraram espaço na mídia. Enquanto Bolsonaro caracterizava relacionamentos homoafetivos como uma “doença” e acusava professores de defender a “ideologia de gênero” nas escolas, jornais de grande circulação como *Folha de São Paulo* e *Estadão* não contribuíram para a contestação dessas falácias, nem utilizaram fontes confiáveis para atestar sua falta de veracidade, permitindo que o jornalismo fosse utilizado como estratégia para Bolsonaro atingir um público mais amplo do que os eleitores de extrema direita (Soares Guazina; Guerreiro Leite; Santos, 2021).

Conforme aponta Butler (2021), o Estado, por meio do sistema judiciário, pode julgar esses casos de discursos de ódio e aplicar a lei de maneira imparcial, porém, essa “imparcialidade” apaga o fato de que o próprio Estado tem poder de exercer violência, como no exemplo acima, onde a figura que representava o Estado exercia poder e violência contra minorias.

Nesse contexto, influenciadores como Felipe Neto colaboraram para a desmistificação do que era dito de forma desonesta por políticos de direita nas redes sociais.

Imagem 3 - O influenciador Felipe Neto desmente afirmação do Deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) no antigo Twitter, atual X.

Felipe Neto @felipeneto

De novo o chupeta de genocida mente e o Twitter não vai corrigir o post.

A foto NÃO foi em evento LGBT no Canadá, foi num evento de "kinksters", fora do mês do orgulho LGBTQIA+

Eu discordo dos pais q levaram crianças pro evento Kink, mas o chups mente pra vender sua narrativa.



Internet (2023)

Nessa imagem postada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), ele tenta acusar superficialmente a população LGBTQIAPN+ de ferir a moral de famílias e crianças a partir de uma cena supostamente ocorrida na parada do orgulho LGBTQIAPN+ no Canadá. Em seguida, o influenciador Felipe Neto desmente a afirmação de Nikolas, apontando que a cena não se passa em um evento LGBTQIAPN+ e que sequer esse evento foi realizado no mês do orgulho. Segundo Galzerano (2021), o fato de religiosos se utilizarem do conceito de gênero mostra uma tentativa de ideologizar as questões de gênero, evitando que ela seja discutida e enfrentada no campo de estudos científicos sobre a temática. Pode-se dizer que as imagens aqui apresentadas fogem de uma discussão empírica e de caráter científico, pois o objetivo de tais políticos é propagar pânico moral e gerar ataques mediante afirmações difamatórias, falaciosas e ofensivas.

Diante disso, essa pesquisa almeja alcançar os objetivos apoiando a sua análise nos autores que compuseram esse referencial teórico, buscando compor e contribuir para as pesquisas sobre a temática que virão, somando com a análise e a abordagem que se tem desenvolvido.

3 CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-POLÍTICAS DOS DISCURSOS ANTI-TRANS

As consequências dos discursos de ódio e das políticas anti-trans são amplas e estruturais, impactando além das vidas individuais, a sociedade na totalidade, inclusive nos direitos civis e nas políticas públicas que buscam contribuir para a justiça social. Butler (2021) observa que “ser chamado de algo injurioso é, paradoxalmente, também ser chamado à existência”, evidenciando que o discurso, mesmo quando fere, também constitui identidades. No entanto, quando a injúria é sistematizada pelo Estado e pela mídia, ela ultrapassa o nível simbólico e se transforma em política pública de exclusão.

A retórica conservadora, ao associar identidades de gênero a uma suposta ameaça moral, cria um contexto de naturalização da violência e de invisibilização institucional. Junqueira (2022) destaca que o uso reiterado do termo “ideologia de gênero” reforça a ideia de que há uma agenda de destruição dos valores tradicionais, legitimando práticas políticas que buscam restringir direitos e censurar debates educacionais.

Sampaio (2023) argumenta que a racionalidade neoliberal, ao valorizar o mérito individual e a competitividade, colabora com essa lógica excludente, ao mesmo tempo em que deslegitima as políticas de reparação e as pautas coletivas de reconhecimento. Segundo o autor, a racionalidade neoliberal une-se ao conservadorismo moral, formando um regime de subjetivação que enfraquece laços de solidariedade e reforça a individualização das lutas sociais.

Cabe apontar que, segundo Foucault (1979), os mecanismos de poder não atuam apenas pela repressão, mas pela produção de verdades que definem o que é considerado normal e aceitável. As práticas discursivas anti-trans, portanto, não são simples opiniões ou discursos de ódio isolados, elas estruturam o campo social e político, moldando instituições, leis e comportamentos. Essa materialização do discurso pode ser observada nas tentativas de censura de conteúdos sobre diversidade de gênero em escolas, bem como em projetos de lei que visam restringir o uso do nome social e o acesso a políticas de saúde para pessoas trans.

Para além de todas essas narrativas discursivas estabelecidas por políticos conservadores, em contrapartida, houve um aumento significativo de pessoas trans na política. Segundo a organização não governamental VoteLGBT, houve um aumento de mais de 100% de pessoas trans eleitas nas eleições municipais de 2024 em relação às eleições municipais anteriores. Isso significa um avanço considerável e permite entrever a ocupação, por pessoas trans, de espaços historicamente negados a elas.

Ainda assim, com pessoas trans ocupando tais espaços, a direita e seus simpatizantes também concentram seus olhares para os possíveis avanços que as presenças trans possam trazer. Por exemplo, as deputadas Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) são alvos de ataques transfóbicos na Câmara dos Deputados com frequência. Recentemente, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi condenado a pagar uma multa para a deputada Duda por transfobia. Ele afirmou em suas redes: “Eu ainda irei chamá-la de 'ele'. Ele é homem. É isso o que está na certidão dele, independentemente do que ele acha que é”. Esse é um discurso muito comum na sociedade brasileira que demonstra a realidade desafiadora de ser uma pessoa trans, mesmo que sua existência se dê em espaços de poder. Abaixo, é possível demonstrar como os projetos anti-trans cresceram também no Senado brasileiro.

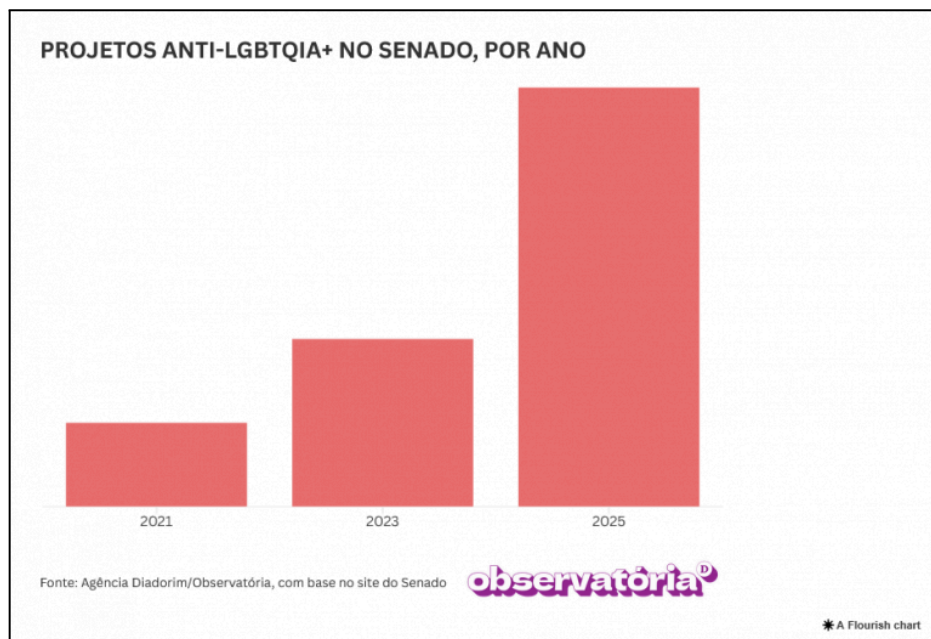


Imagem 4 - Gráfico Agência Diadorim/Observatório.

Segundo dados fornecidos pelo próprio Senado brasileiro, houve um aumento significativo de projetos pautados em estabelecer políticas anti-trans em tramitação no Senado no ano de 2025, sendo todos de autoria de senadores conservadores dos partidos PL e Republicanos. A maioria voltada para a proibição de pessoas trans nos esportes, a determinação do sexo biológico como a única determinação legal possível, determinações acerca do acesso a banheiros e o uso da linguagem neutra nos sistemas de ensino. Ao analisar esses projetos, percebe-se que sua orientação consiste sempre em uma tentativa de coibir e dificultar os acessos de pessoas trans a condições mínimas de dignidade, no caso do direito

em acessar banheiros condizentes com sua identidade de gênero, enquanto outros estão voltados para questões de ensino e escolas, pautas que remontam aos projetos do Movimento Escola Sem Partido.

Mattos (2018) enfatiza que as escolas tornam-se arenas centrais dessa disputa, pois nesse espaço se travam as batalhas em torno da reprodução das normas de gênero. A censura de debates sobre sexualidade e diversidade nas políticas educacionais reflete uma tentativa de controlar o saber e o discurso, reiterando a lógica foucaultiana em que o poder está intrinsecamente ligado à produção do conhecimento. Dessa maneira, as consequências sociopolíticas dos discursos anti-trans incluem a institucionalização da violência simbólica e o fortalecimento de uma moralidade punitiva.

Louro (1997) explana sobre a participação da escola na produção das diferenças. A autora analisa as divisões criadas pela instituição escolar, incluindo a hierarquização, a separação por religião, classe social e também por gênero. Louro (1997) afirma que a escola delimita espaços e estabelece o lugar a ser ocupado por meninos e meninas. Essa delimitação faz parte da disputa que há nas escolas e de seus currículos, o que não se resume ao campo educacional, pois tais disputas acabam dando origem aos discursos que estão sendo investigados neste trabalho.

Um dos discursos que ganhou intensa notoriedade durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi o proferido na posse da então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Na ocasião, ao anunciar o início de uma “nova era” marcada pela frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, a ministra reafirmou uma concepção fixa e binária de gênero. Tal declaração, além de ter como objetivo reforçar uma padronização normativa do que se entende como masculino e feminino, segregando-os, também indica e delimita claramente quais são os comportamentos e identidades considerados aceitáveis e legitimados pelo Estado.

Através desse discurso, setores mais conservadores da sociedade brasileira se identificaram com esse “controle” sobre o gênero e sobre o que seria, ou o que não seria, debatido acerca desse assunto nas escolas. O discurso presente na imagem abaixo, retirada da internet, serve de exemplo acerca dessa identificação.



Imagem 5 - Postagem no Facebook após o discurso da então Ministra Damare Alves, sem identificação do autor. Internet (2019)

Por fim, esses discursos, além de marginalizar, insistem em deslegitimar os movimentos sociais e as identidades dissidentes, enquadrando-as como desvios e ameaças à ordem, sendo portanto considerados indesejáveis nos diversos âmbitos que constituem o convívio em sociedade, seja na escola, no mercado de trabalho ou mesmo em posições de poder como a política. Essa dinâmica revela que o ódio, quando articulado com o poder político e religioso, constitui uma forma de governamentalidade, uma prática de governo dos corpos e das subjetividades, sustentada pela vigilância, pela punição e pelo silenciamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de discursos de ódio e das políticas anti-trans no contexto brasileiro demonstra que tais práticas não são fenômenos isolados, mas sim componentes estruturais de um projeto político mais amplo de manutenção de hierarquias sociais e sexuais. A partir das contribuições teóricas de Foucault (1979), Butler (2021), Junqueira (2022), Mattos (2018) e Sampaio (2023), compreende-se que o discurso é um campo de disputa pelo poder, pela verdade e pela legitimidade das identidades.

Os discursos de ódio operam como instrumentos simbólicos e materiais de exclusão, legitimando violências cotidianas e políticas de morte que incidem sobre corpos trans. Essa dinâmica evidencia a urgência de uma educação crítica e emancipatória, capaz de desconstruir os mecanismos discursivos de opressão e promover uma cultura de reconhecimento e justiça

social. Butler (1997) lembra que resistir ao discurso de ódio não consiste somente em rejeitá-lo, mas subverter seus significados, transformando a vulnerabilidade em potência política.

Portanto, enfrentar os discursos anti-trans exige mais do que políticas punitivas: requer um compromisso ético com a pluralidade e a dignidade humana. É necessário reconhecer que o ódio é uma forma de poder e, como tal, só pode ser superado pela criação de novas formas de discurso, baseadas no respeito, na empatia e na escuta das vozes historicamente silenciadas. A produção de uma sociedade mais justa depende da coragem de enfrentar, além das violências visíveis, também aquelas violências inscritas nas palavras, nas leis e nas práticas cotidianas.

Logo, faz-se necessário o fortalecimento de políticas de ações afirmativas para a população trans, bem como o comprometimento de políticos das alas mais progressistas com o debate de gênero e a educação sobre tal debate. Dessa forma, alguns passos importantes podem ser dados pelo Brasil rumo a uma sociedade mais igualitária e respeitosa com as diversidades de gênero presentes, ocupando os espaços.

Considerando os objetivos de análise do percurso que o termo “gênero” foi tomando no decorrer dos debates políticos, espera-se que os objetivos tenham sido atingidos à medida que o debate teórico em relação a articulação da extrema direita ao combate à “ideologia de gênero” foi sendo descrito de acordo com situações concretas trazidas em discursos analisados.

Assim, também através de tais investigações e das explanações feitas com o apoio teórico de autores e autoras espera-se que os objetivos específicos também tenham sido alcançados, levando em consideração as análises críticas de discursos. Através de tais análises ficou visível que a extrema direita se utiliza de discursos de ódio como ferramenta de poder e controle, além de contribuir para que os discursos se tornem políticas de exclusão e morte, dificultando a criação e ampliação de políticas públicas de reparação para a população trans.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDET, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** Editora Companhia das Letras, 2012.

Brasil tem um novo projeto de lei anti-trans por dia, e 'efeito Nikolas' preocupa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/C20s5> Acesso em: 9 abr. 2024.

Brasil teve recorde de candidaturas LGBTQIA+ eleitas. Pessoas trans se destacam. *Cult Org*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LwDS> Acesso em: 16 nov. 2025.

BORRILLO, Daniel. **História e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo.** São Paulo: Politeia, p. 50, 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo.** Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

Com bancada conservadora maior, Senado dobra projetos anti-LGBTQIA+ em 7 meses. *Carta Capital*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qMNP> Acesso em: 16 nov. 2025.

Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. *Estadão*, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BWUbf> Acesso em: 8 abr. 2024.

Cotas trans: apenas duas das universidades federais das capitais oferecem vagas. *Brasil de Fato*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V6bsY> Acesso em: 9 abr. 2024.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. *GI*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8xVhg> Acesso em: 17 nov. 2025.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

FORREST, Aline Tona Romero. **A população trans no Brasil: o direito ao gozo da cidadania versus o controle dos corpos e existências.** 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALZERANO, Luciana Sardenha. **A ofensiva anti-gênero na sociedade brasileira.** 2021.

GUAZINA, Liziane Soares; LEITE, Gabriela Guerreiro; SANTOS, Ébida. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de

São Paulo. **Sur le journalisme**, About journalism, Sobre jornalismo, v. 10, n. 1, p. 44-61, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério. **A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder**. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero”: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença**, v. 32, p. 1-22, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MATTOS, A. R. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, p. e216216, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Nikolas é condenado a pagar R\$ 200 mil por fala em Dia das Mulheres. *CNN Brasil*, Brasília, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dvLJ> Acesso em 16 nov. 2025.

Nikolas Ferreira é condenado por transfobia contra deputada Duda Salabert. *CNN Brasil*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DPKi> Acesso em 16 nov. 2025.

No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira põe peruca e faz discurso transfóbico na Câmara. *Carta Capital*, Brasília, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hu6am> Acesso em: 8 abr. 2024.

SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira. Entraves paradoxais da razão neoliberal em ativismos e militância anti-opressão de gênero no Brasil. **TCC (Graduação) - Curso de Sociologia**, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, 2023.

SANTOS, R. M. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. 237 f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SILVA, Keo; RIAL, Carmen. Cruzadas antigênero: uma descrição das políticas anti-trans nos discursos conservadores contemporâneos. **ACENO** - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 10, n. 24, p. 569-584, 2023.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (Dissertação)** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015.

YIN, Robert K. Descobrimo o futuro do estudo de caso. Método em pesquisa de avaliação. **Evaluation practice**, v. 15, n. 3, p. 283-290, 1994.

ZERBINATI, João Paulo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 11, p. 195-216, 2019.